



EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: REFLEXÕES SOBRE PROJETOS EDUCATIVOS PARA A REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM MATO GROSSO

Guilherme Ramos Teodoro¹

Lilian Santos de Andrade²

Introdução

Este texto tem por objetivo refletir a respeito de como tem se dado as propostas educacionais para educação básica pelo governo do estado do Mato Grosso diante das condições de distanciamento social a partir da pandemia do COVID-19. Nesse momento sombrio é também importante que consigamos pensar nossa educação e estratégias para a garantia do direito à educação.

Temos visto no Brasil um modelo de governo que diante da crise ocasionada pelo COVID-19 está mais preocupado em causar fatos políticos do que pensar e intervir com políticas públicas para solucioná-la. Os efeitos disso é um agravamento da crise no Brasil³. No Mato Grosso podemos dizer que o governo Mauro Mendes (2019 – 2022) tem seguido a tendência do governo Bolsonaro, ignorando alertas da Organização Mundial de Saúde – OMS e de pessoas e organizações especializadas em saúde e epidemiologias, com a publicação do Decreto nº 462 de 2020, que versa sobre a possibilidade de relaxamento da quarentena no estado e da proposta de retorno às aulas, como se tivéssemos conseguido superar o COVID-19. Felizmente foi impedida pelo Ministério Público do Estado.

O que queremos discutir em específico nesse texto é a proposta de

¹ Professor da rede pública estadual de ensino de MT e mestrando em educação (PPGEDu/UNEMAT). E-mail: teodoro.educador@gmail.com.

² Mestranda em Ensino de História pela Universidade Estadual do Mato Grosso e graduada em licenciatura em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

³ Podemos ver, como exemplo, o aumento exponencial das taxas de contaminação, como se pode acompanhar no link: <<https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19>>. acessado em: 12/05/2020.



educação à distância implementada pelo governo do estado devido ao distanciamento social em meio à pandemia. A SEDUC-MT construiu um modelo de EaD que podemos chamá-lo de educação feita à distância porque se mantém muito distante de educadores e estudantes, mas temos dúvidas se podemos chamar esse modelo de projeto educativo. Essa é uma das preocupações centrais desse texto: que projeto educativo iremos defender diante do cenário atual? Quais projetos educativos se afastam do que consideramos uma educação pública de qualidade e igualitária?⁴

A SEDUC-MT construiu e publicou documentos orientadores⁵ para os profissionais da educação, estudantes e famílias. Neles constam como se dará a tentativa de continuidade dos processos de ensino-aprendizagem durante o período de distanciamento social e qual o papel de cada sujeito nesse processo. Os estudantes terão continuidade dos seus estudos escolares a partir de uma plataforma intitulada “aprendizagem conectada”⁶, nela terão acesso a vídeos, atividades, dentre outros. Segundo as orientações seriam disponibilizados para as/os estudantes que não tivessem acesso a internet o material impresso, mas essa entrega não tem sido realizada como uma política séria de distribuição dos materiais, quando essa entrega ocorre é por meio de ações pontuais de algumas escolas. Sendo assim, o estado está de certa forma negando o direito ao acesso à educação para estudantes que não possuem conexão de internet estável e não conseguem acessar a plataforma.

Foi feita uma divisão de tarefas entre as Assessorias Pedagógicas, CEFAPROS-MT (Centros de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação Básica) e unidades escolares⁷, em que as unidades escolares são responsáveis por fazer o levantamento de quais estudantes precisarão do material impresso e realizar as impressões com verbas do PDE (Plano de

⁴ HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo, ed. WMF Martins Fontes, 2013.

⁵ Os documentos podem ser acessados no link: <<http://www.aprendizagemconectada.mt.gov.br/orientacoes>>. Acessado em: 12/05/2020.

⁶ Pode ser acessada pelo link: <http://www.aprendizagemconectada.mt.gov.br/>. Acesso em: 12/05/2020.

⁷ Ibidem.

Desenvolvimento da Educação). Não há uma transparência a respeito de como isso tem sido feito e se tem sido feito. Dessa forma, além de não participarmos da construção da plataforma, fica difícil acompanhar o alcance do modelo proposto.

Dito isso, vejamos qual o papel designado ao professor no orientativo⁸ da SEDUC-MT:

Neste período é importante que você:

- Contribua com a divulgação do Aplicativo aos estudantes e pais;
- Ajude a motivar pelo WhatsApp ou pelas redes sociais, os estudantes a estudar e a desenvolver as atividades propostas, semanalmente;
- Ajude a orientar os pais pelo WhatsApp ou pelas redes sociais, a motivar e incentivar seus filhos a estudar;
- Acompanhe as publicações no Aplicativo para que possa ajudar na avaliação dos estudantes e no planejamento ao (re)iniciar as aulas;
- Fique em casa! Esta é a melhor maneira de estar seguro, neste momento.

Percebemos como essa proposta não está muito distante das propostas educativas dos últimos anos, mais especificamente, das propostas neoliberais para educação, tais como a reforma do Ensino Médio, BNCC e HOMESCHOOLING⁹. Há alguns anos estamos enfrentando movimentações e debates educacionais distantes do ambiente escolar e com ausência dos educadores. Percebemos nesses documentos a falta de um lugar para o acompanhamento didático pedagógico das atividades propostas no material disponibilizado. Precisamos interrogar: qual o lugar do professor nessa proposta? Ou, qual a concepção de nosso ofício nesse modelo educacional?

Parece-nos que não temos lugar, ou se temos é um lugar periférico. Esse

⁸ Ibidem.

⁹ Para saber mais ver: BRANCO, Emerson Pereira... [et al.]. A implantação da base nacional comum curricular no contexto das políticas neoliberais. 1ªed. Curitiba, Appris, 2018. CASSIO, Fernando; CATELLI JR, Roberto. Educação é a base? 23 educadores discutem a BNCC. São Paulo: Ação Educativa, 2019., VEIGA, Ilma P. A.; SILVA, Edileuza Fernandes da (orgs). Ensino fundamental: da LDB à BNCC. Campinas, SP. Papyrus, 2018. CURY, Carlos R. JAMIL. HOMESCHOOLING ou educação no lar. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 35, e 219798, 2019. Em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982019000100302&lng=en&nrm=iso. Acessado em 12/05/2020.



lugar periférico fica ainda mais perceptível na medida em que esse material não foi produzido junto a nós educadores, evidenciando uma completa falta de conexão prática com as diferentes realidades educacionais do estado (escolas quilombolas, do campo, indígena, EJA, etc.).

Cabe ressaltar que o quadro de atribuição dos profissionais da educação não foi completado e isso tem consequências diretas para que seja possível pensar atividades a serem propostas de forma coletiva. Tal ocorrência ocasiona uma desmobilização na disputa de projetos educacionais que integrem as diferentes realidades, pois essas disputas poderiam ser feitas pelas unidades educacionais, que estão à mercê, com a ausência de diversos profissionais. Temos mais de 8 mil profissionais desempregados e desamparados pelo governo e as propostas para mudança desse cenário têm se arrastado¹⁰.

Queremos chamar atenção que não se trata de sermos contra pensar o direito à educação dentro do cenário de pandemia que estamos atravessando, mas temos a capacidade e competência de contribuir na construção de um projeto educacional que compreenda as diversidades educacionais presentes em nosso estado. Os modelos de EaD podem ser uma saída viável nesse momento, mas precisamos nos debruçar sobre que modelo queremos e podemos ofertar para que não sejamos negligentes em aderir a um modelo de forma acrítica somente para dar conta da atual demanda - como parece ter sido feito pelo governo estadual e os órgãos gestores, que acima de tudo, ignoram aqueles que fazem parte do processo educativo: estudantes e profissionais da educação.

Referências Bibliográficas

BRANCO, Emerson Pereira... [et al.]. **A implantação da base nacional comum curricular no contexto das políticas neoliberais**. 1ªed. Curitiba, Appris, 2018.

¹⁰ Para saber mais, ver notícias como: <http://sintep2.org.br/sintep/exibir.php?exibir=1&id_l=6960&pagina=10>. Acessado em: 12/05/2020.



CASSIO, Fernando; CATELLI JR, Roberto. **Educação é a base? 23 educadores discutem a BNCC**. São Paulo: Ação Educativa, 2019.

CURY, Carlos R. JAMIL. HOMESCHOOLING ou educação no lar. **Educação em Revista.**, Belo Horizonte , v. 35, e219798, 2019 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982019000100302&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 12/05/2020.

HOOKE, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo, ed. WMF Martins Fontes, 2013.

VEIGA, Ilma P. A.; SILVA, Edileuza Fernandes da (orgs). **Ensino fundamental: da LDB à BNCC**. Campinas, SP. Papirus, 2018.